

As más finanças de São Paulo

O secretário da Fazenda do Estado de São Paulo, Yoshiaki Nakano, acaba de apresentar dramático quadro da situação financeira da mais poderosa unidade da Federação. "Nas atuais condições — desabafou — o governo já não está mais governando." O secretário reconhece que ainda pode cortar gastos, entre eles as chamadas transferências intragovernamentais (estatais, fundações, autarquias), mas considera que somente um novo imposto poderia permitir o custeio dos investimentos — hoje quase inexistentes. Essa medida, seguramente, não constituiria solução aceitável numa economia tão assoberbada pela carga fiscal como a brasileira.

Nakano salienta que, graças ao esforço realizado, o déficit orçamentário — R\$ 791 milhões no ano passado — foi consideravelmente reduzido: em 1994 representou 18% das despesas e, em 1995, apenas 2,8%. Tais dados, na realidade, não significam muito, uma vez que, para conter esse déficit, o governo paulista decidiu adotar a política de agravar seu endividamento, que já chega a R\$ 68 bilhões, com perspectiva de crescimento exponencial. O déficit paulista já representa 25% do PIB estadual! Não se trata apenas da dívida mobiliária, que somava R\$ 16 bilhões no final do primeiro trimestre; esse total poderia ser perfeitamente aceitável se fosse de longo prazo. No entanto, os atrasos que se acumulam fazem-se acompanhar de juros que inviabilizam

o necessário saneamento das finanças públicas paulistas.

Mais que isso, as sentenças judiciais contribuem para elevar tais gastos: representaram, no ano passado, R\$ 568 milhões (quase duas vezes o montante dos investimentos feitos no mesmo exercício), sabendo-se que, considerados os processos em curso de instrução, o valor dos precatórios deverá continuar sempre crescendo...

Assim a solução seria, seguramente, o corte dos gastos. O secretário da Fazenda descarta-a nas despesas correntes que, a seu ver, fogem hoje a qualquer compressão. Em 1995, elas cresceram 10%, sendo de 30% no que respeita ao pessoal da administração direta. Neste ano, apesar de não ter havido aumento para o funcionalismo estadual, com exceção dos professores, continuarão em ascensão, com poucas esperanças de redução, mesmo que se admita uma reforma administrativa, pois ela teria pouco efeito sobre os encargos, a menos que se limitassem os vencimentos a R\$ 8,5 mil mensais. Mesmo nessa hipótese, a economia que o Estado poderia fazer seria de apenas R\$ 170 milhões (1,8% dos gastos efetuados em 1995).

Os investimentos estaduais, que, no ano passado, somaram R\$ 291 milhões, com redu-



ção de 80% em valor real em relação a 1994, nem sequer permitem a continuação daqueles já efetuados. Os alvos do secretário para buscar uma solução para a situação financeira são as estatais, as fundações e as autarquias. Quanto às primeiras, Nakano não expôs a posição do Executivo relativa ao Banespa, estatal que certamente pesa na dívida do Tesouro estadual. Com razão, ele sugere o fechamento de uma empresa como a Dersa, que, originalmente criada para construir estradas, hoje cuida apenas de administrar pedágios, os quais, com o regime de concessões de rodovias, passarão à responsabilidade do setor privado. Pode-se pensar que a privatização de outras empresas, como a Cesp, representaria um grande alívio para os cofres de São Paulo...

Já as fundações e autarquias são objeto de severos ataques do secretário, que recomenda a eliminação da gratuidade nas universidades, denunciando o corporativismo reinante nessas entidades, que nem sequer vêm recolhendo ao INSS o que descontam dos seus funcionários, enquanto oferecem a estes vantagens muito superiores às aquelas concedidas ao pessoal da administração direta. A autonomia dessas entidades existe apenas no que se refe-

re aos seus gastos, ficando ao Tesouro a cobertura de um déficit criado por despesas não controladas pelo governo estadual.

É preciso reconhecer a coragem de Yoshiaki Nakano ao fazer tais denúncias. Cumpriria que o governador paulista o apoiasse concretamente e adotasse decisões tendentes à extinção de numerosos órgãos, que não têm nenhuma outra função a não ser a que herdaram do passado, que foi empregar. Sem dúvida al-

A dramática situação das finanças do Estado exige cortes de gastos, e não novos tributos

guma, urge revisar o papel do Estado e avaliar o custo-benefício delas, que, em 1995, receberam do Estado R\$ 3,89 bilhões (124,5% dos gastos de custeio com a administração direta).

Não se pode admitir que se pense em criar novos impostos, quando, na verdade, dever-se-ia reduzir os já existentes. A Contribuição de Melhoria (como, por exemplo, paga pela valorização de um imóvel em função da implantação do metrô) só seria justificável quando ocorresse redução de outros tributos. Deve o governo estadual saber que, ao recorrer ao aumento da carga fiscal, estaria apenas reduzindo o poder aquisitivo da população, ou seja, enfraquecendo a sua arrecadação e criando desemprego.